ANÁLISE DA PROPOSTA CURRICULAR DO MEC PARA AEJA-1º SEGMENTO LÍNGUA PORTUGUESA

SEVERINA ENEIDA DA SILVA

RESUMO

A Proposta Curricular do MEC para o primeiro nível da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Língua Portuguesa tem como objetivo estimular a leitura, a escrita e a análise da linguagem como práticas sociais relevantes, reforçando a capacidade dos alunos de expressar suas ideias e entender o mundo. O currículo é dividido em três partes principais: Comunicação Oral, Comunicação Escrita e Análise da Linguagem, ressaltando a utilidade do idioma nas atividades diárias dos alunos. A metodologia de ensino é adaptada ao contexto, valorizando o que os estudantes já conhecem e suas realidades, promovendo uma aprendizagem que seja ativa, crítica e colaborativa. Apesar dos progressos, a implementação enfrenta obstáculos relacionados à formação dos professores, à adequação dos materiais disponíveis e à diversidade cultural presente nas escolas. De maneira geral, a proposta visa não só a proficiência na língua portuguesa, mas também a promoção da cidadania e a inclusão social de jovens e adultos na comunidade.
Palavras - chave: Educação de Jovens e Adultos, Formação de Professores, Metodologia de Ensino, Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO:

A Proposta Curricular para Educação de Jovens e Adultos é um documento elaborado a fim de oferecer elementos que possam auxiliar o trabalho do professor em sala de aula, além de projetos voltados à modalidade EJA de ensino, visando, dentre outros aspectos, as necessidades locais do público atendido. Como o próprio documento aponta, a elaboração de uma proposta que ofereça possibilidades para o ensino na educação de jovens e adultos apresenta diferentes variantes, que perpassam desde a importância e conquista legal do ensino voltado ao público jovem e adultos até às problematizações referentes à uma possível limitação que "fixasse" as práticas do profissional, não considerando a dimensão local e característica específicas de cada região ou público, por exemplo.

Nessa perspectiva, a equipe de elaboração reforça a importância de que, através do documento, novas práticas alternativas surjam, suscitando propostas complementares às ideias apresentadas pelo documento. Sobre a importância de se considerar o aspecto local e o público atendido pela EJA, o documento postula a reflexão pedagógica sobre as dimensões social, ética e política que envolve o trabalho do professor.

A concepção de "Educação Popular" é resgatada a fim de se considerar o valor educativo do diálogo e participação popular na conformação do curso, além de não negligenciar a singularidade do educando, em sua dimensão individual, portadora de saberes e vivências que precisam ser reconhecidas no processo de aprendizagem. Além desse aspecto, há também uma preocupação com a questão metodológica da prática, haja vista que alguns educadores, que antes lecionam na educação infantil ou fundamental, tentam adaptar suas práticas para a modalidade EJA. Por esse viés, o documento tenta fornecer também novas articulações e inovações metodológicas a fim de abranger a complexidade do trabalho e melhorar a qualidade do ensino oferecido.

De forma mais específica, o documento compreende a "alfabetização e a pós-alfabetização" (MEC, 2001, p. 14) de jovens e adultos nas quatro primeiras séries do 1° grau. Nesse contexto, o público se apresenta de forma heterogênea, diversas idades, contextos, ideologias, além de uma variedade de modelos de organização de programas. Por considerar essa diversidade de práticas na educação de Jovens e Adultos, a Proposta Curricular propõe questões mais flexíveis, a fim de que os educadores tenham a possibilidade de adequá-las aos seus contextos específicos e necessidades dos educandos.

As propostas são subdivididas em quatro grandes áreas do conhecimento que compreendem Língua Portuguesa, Matemática, Estudos da Sociedade e da Natureza. Este

relatório, por sua vez, tem por objetivo propor reflexões, especificamente, sobre a área de Língua Portuguesa, apresentando suas possibilidades de aplicação e, sobretudo, as possíveis contribuições trazidas pela proposta no trabalho do professor de Língua Portuguesa no ensino de Jovens e Adultos.

Nessa perspectiva, sobre a área de Língua Portuguesa, o documento inicia suas reflexões privilegiando uma visão interacional da língua, caracterizando-a como o principal instrumento de interação entre as pessoas. Nesse sentido, delimita-se como área de abrangência da Língua Portuguesa desde o desenvolvimento da linguagem oral até a introdução do desenvolvimento da leitura e escrita. Ainda sobre essa delimitação, o documento caracteriza a importância da reflexão sobre linguagem oral se fazer presente no ambiente escolar, através de atividades comunicativas, a fim de que os educandos ampliem seus recursos linguísticos, em situações formais e informais cotidianas. Sobre a escrita, por sua vez, observa-se a importância dada sobre a compreensão e utilização de diferentes recursos básicos da língua, como a representação alfabética, ortografia e pontuação, com o objetivo de que os educandos identifiquem as diferentes funções sociais dos gêneros discursivos existentes, além das diferentes características textuais.

1- SÍNTESE

Cabe ressaltar que, o documento privilegia uma reflexão sobre o aspecto histórico da Educação de Jovens e Adultos, provendo uma breve passagem sobre os principais pontos nos quais a EJA perpassou.

Segundo o documento, a EJA passou a delimitar seu lugar no sistema educacional brasileiro a partir da década de 30, quando começou a se delinear um sistema de educação pública no país.

O período compreendia o processo de industrialização do país e o aumento populacional em centros urbanos. Nesse cenário, o governo impulsionou esforços para a extensão do ensino elementar às camadas adultas, através de novas diretrizes educacionais. Em 1945, com a política de redemocratização e as propostas de integração da ONU visando a paz e a democracia, contribuiu para que o Ensino de Jovens e Adultos no Brasil fosse impulsionado. Entretanto, essa campanha de alfabetização teve um declínio na década de 50. O analfabeto era concebido como um ser incapaz e marginal e diversas críticas foram tecidas em relação à inadequação ao método de ensino e orientação pedagógica. A principal figura de referência que tecia essas críticas era o educador pernambucano Paulo Freire.

As propostas de Paulo Freire foram difundidas, principalmente, na década de 60, e inspiraram os principais programas de alfabetização popular do país, como o MEB -Movimento de Educação de Base-, ou os CPCs-Centros de Cultura Popular, que reuniam artistas e intelectuais. O forte engajamento das camadas populares repercutiu em 1964 a aprovação do Plano Nacional de Alfabetização pelo governo. Entretanto, a efervescência dos grupos sociais foi interrompida pela Ditadura Militar.

A partir desse novo cenário, o governo tomou controle dos programas de alfabetização, instituindo projetos conservadores e assistencialistas, como o MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização. Em 1969, institui-se uma campanha massiva de alfabetização. O documento alerta que, apesar do MOBRAL buscar um diálogo com os projetos desenvolvidos na década de 60 e embasados pelos preceitos de Paulo Freire, propunha-se uma alfabetização totalmente desvinculada da problematização social e de senso crítico. De forma paralela à expansão do MOBRAL, na década de 70, espalharam-se também grupos de alfabetização popular, nos moldes de Paulo Freire. O MOBRAL foi extinto em 1985, dando lugar à Fundação Educar, extinta em 1990.

O percurso histórico da EJA continua no período de reconstrução democrática no país, conclamando, na década de 90- período no qual o documento encerra sua reflexão histórica-, novas reformulações pedagógicas.

Dado o panorama inicial, a Proposta Curricular começa a destrinchar os pontos anteriormente citados, a fim de prover diretrizes que ofereçam subsídios para o trabalho do profissional no ensino de Língua Portuguesa para Jovens e Adultos.

Como postulado anteriormente, a Proposta Curricular propõe suas reflexões base-

adas em dois eixos: o desenvolvimento da linguagem oral e a introdução da leitura e escrita, dissertando sobre cada eixo de forma pormenorizada. Sobre o primeiro eixo, a linguagem oral, o documento enfatiza que a oralidade é o meio primordial aos seres humanos, pois é através dela que os sujeitos se tornam integrantes de uma cultura. O aspecto cultural é muito importante, segundo o documento, para compreender o papel da EJA na alfabetização, pois o "modo de falar", peculiar de cada educando analfabeto ou pouco escolarizado, é a expressão mais significativa de sua bagagem cultural e de sua história individual.

O "modo de falar" dos educandos também compreende as diferentes regiões brasileiras nas quais os indivíduos são provenientes. Os diversos sotaques, expressões típicas, gírias cotidianas, que, anteriormente, eram vistos como problemáticas na apreensão da escrita, hoje são vistos de forma mais positiva, como exemplos da flexibilidade e adaptabilidade da língua ao seu contexto.

Nesse panorama, o trabalho do professor de EJA deve ser pautado a acolher essa diversidade sociocultural, possibilitando aos alunos que se expressem livremente, em sua singularidade e diferença.

No eixo seguinte, a linguagem escrita, a Proposta estabelece que, mesmo os adultos não- alfabetizados, todos possuem algum nível de contato com a escrita, haja vista que se vive em uma sociedade letrada e marcadamente grafocêntrica. A necessidade de se interpretar uma placa ou receita culinária, por exemplo, já demandou, em algum grau, a decodificação da leitura pelo indivíduo. Por esse viés, o papel do professor é fornecer situações nas quais os alunos sejam mobilizados a utilizarem esses saberes já existentes em seu arcabouço teórico sobre a escrita.

Em outras palavras, o professor deve se basear no que os alunos "já sabem" para assim preparar um plano de alfabetização, ou seja, sabendo os conhecimentos prévios dos educandos, o professor poderá proporcionar a partir destes, a apropriação de novos conhecimentos. O aluno necessita mobilizar esses saberes acumulados em sua vivência a fim de criar um saber autônomo, construído por ele através de suas experiências.

Um dos pontos a se privilegiar no processo de aprendizagem é a reflexão dos alunos sobre as relações existentes entre os sons da fala e as letras do alfabeto, entretanto, essa reflexão não pode conduzir o aluno à ideia de que a escrita é a mera representação da fala, isto é, que há uma relação biunívoca entre fala e escrita, mas é fundamental que eles percebam os diversos recursos utilizados na comunicação e sua diferenciação em relação à escrita. O documento aponta que a escrita é uma forma de perdurar mensagens através dos anos, por isso, ao contrário da linguagem oral, ela não pode ser tão flexível, e sim apresentar normas de organização. Sobre a compreensão do alfabeto, a fim de dominar os mecanismos da escrita, é preciso que o educando conheça as letras, pois são através desses signos que a escrita se materializa.

A partir dos estudos das regularidades e irregularidades dos signos, em uma perspectiva fonológica, é possível o domínio do sistema alfabético. Em outras palavras, é importante que o aluno entenda que um mesmo som pode ser pronunciado de diferentes formas pelos falantes, entretanto, a escrita se mantém, ou que um mesmo som pode ser representado por mais de uma letra. Além do aspecto fonológico e ortográfico, o educando deve compreender alguns elementos básicos de estruturação do texto e da escrita, como o sentido de escrita, da esquerda para a direita, a segmentação das palavras, pontuação e alfabetos minúsculo e maiúsculo, por exemplo. Além disso, o professor precisa fomentar a reflexão sobre os diferentes tipos de textos existentes, ou "gêneros textuais" que a sociedade utiliza em suas interações. O aluno deve se familiarizar com as diferentes funções que a escrita pode desempenhar e o erro é analisado como um aspecto importante para o desenvolvimento da produção escrita, que ocorre por meio da reelaboração e da reescrita .

A dicotomia certo e errado sobre o desempenho linguístico é analisada por Maria Helena de Moura Neves (2003), quando observa que a discriminação social vincula-se a essa dicotomia, afirmando que representa algo anticientífico pois são categorias que não pertencem a língua e sim a questão de legitimação social.

"Com efeito, defender que à escola cabe facilitar que seus alunos adquiram a norma socioculturalmente prestigiada não implica defender que a escola se preocupe, no seu trabalho com a língua, com a categoria certo (proscrevendo, assim, o que se enquadra na categoria errado), e isso simplesmente porque o conceito de norma-padrão, norma culta, norma de prestígio tem de passar pelo conceito de norma não padrão, norma coloquial, norma desprestigiada, mas não precisa- e não deve- ligar-se a acerto, numa ponta, e a erro, na outra, porque essa ligação significaria Ainda na aprendizagem da escrita, elencam-se dois domínios que precisam ser contemplados no processo de aprendizagem: os recursos e mecanismos de funcionamento do sistema de representação e as diferentes formas que esses recursos são utilizados em diferentes textos, de acordo com a intenção comunicativa. Torna-se necessário, nesse sentido, que a compreensão e domínio dos dois âmbitos aconteça simultaneamente pelo aluno, a fim de que sejam complementares.

Estabelece-se na Proposta Curricular que o objetivo da Língua Portuguesa na EJA é a formação de bons leitores e produtores de texto, a fim de que sejam capazes de compreender mensagens escritas e se expressar satisfatoriamente nos diversos âmbitos sociais. Assim, é primordial o enfoque em atividades que envolvam a interpretação e produção de textos diversos.

Especificamente sobre a formação de leitores, o trabalho com a linguagem deve ser norteado através de produção e interpretação textual, de acordo com o nível de conhecimento dos educandos.

No trabalho com as séries iniciais, o documento recomenda a adoção de estratégias por parte do professor, como a leitura em voz alta, como uma forma de criar familiaridade por parte dos alunos com as estruturas sintáticas e vocabulário.

Além dessa estratégia, o professor pode iniciar o contato com a leitura através de atividades prévias, como a discussão do título, análise de informações sobre o autor, esclarecimentos sobre questões de vocabulário, por exemplo. A concentração dos novos leitores, nesse estágio, é essencial, haja vista que ainda não possuem domínio dos recursos da escrita. A fim de tornar o processo mais significativo para os educandos, é essencial que o professor não escolha textos estereotipados e transferir do domínio social- que é o legítimo nessa controvérsia- para o domínio da língua uma tensão que de linguístico só tem o veículo no qual se emitem as peças postas sob exame." (grifos do autor, 2003, p.155-156).

É possível traçar um paralelo sobre as competências que o aluno deve desenvolver como leitor através das reflexões realizadas por Shirley Jurado e Roxane Rojo (2006), pois analisam as propostas definidas por documentos oficiais, tais como as Diretrizes, os PCNEM e os PCN+ (Brasil/SEMTEC, 1999; 2002) a respeito da capacidade dos alunos do ensino médio de avaliar e interpretar textos a partir das manifestações de linguagem, "(...) o aluno deverá construir a sua competência investigativa e compreensiva. No entanto com os textos, isto se traduz em ser capaz de refletir sobre as possibilidades de usos da língua, analisando os elementos que determinam esses usos e as formas de dizer: o contexto, os interlocutores, os gêneros discursivos, os recursos utilizados pelos interlocutores para dizer o dito e o não dito." (grifos dos autores, 2006, p.39) infantilizados na leitura com os alunos; os textos devem dialogar com a realidade desses sujeitos sociais.

A produção de textos, por outro lado, compreende a utilização da escrita para expressão de necessidades, desejos, expectativas, etc; o educando deve se apropriar criativamente desse recurso a fim de se expressar. Cabe ao professor criar situações nas quais os alunos são mobilizados a expressarem os seus conhecimentos prévios adquiridos em suas experiências sociais anteriores. Em relação ao erro nesse processo, ele não pode ser negligenciado, pois é através dele que uma avaliação diagnóstica pode ser realizada a fim de melhorar as práticas dentro de sala de aula. A reescrita, por este prospecto, se faz essencial. O trabalho com a escrita pode ser mobilizado e articulado com a leitura.

Sobre o campo da análise linguística, a fim de desenvolver habilidades escritas, o aluno necessita refletir e tomar consciência de sua própria língua. Nesse processo de descober-

ta da língua, é necessário que o processo de aprendizagem se debruce sobre conceitos utilizados na descrição da linguagem, como palavras, letras, sílabas, frases, conceitos de plural e singular, substantivo e adjetivo, sujeito e predicado, por exemplo. Essa atividade, por sua vez, não pode ser desvinculada à uma visão sobre o texto, visando o aperfeiçoamento na escrita.

2- POSSIBILIDADES E LIMITES DE APLICABILIDADE

Ao elaborar uma proposta curricular pensando na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é preciso pensar em algumas questões, em especial, nas questões relativas à diferença entre a alfabetização de crianças e adultos, já que é comum que ocorra essa confusão. Dessa forma, é possível perceber que o objetivo da proposta analisada é orientar a elaboração dos planos de ensino e das práticas docentes para essa modalidade de ensino, considerando o aluno como um sujeito ativo durante todo o processo de ensino-aprendizagem e pensando nas vivências que estes mesmos alunos já trazem consigo ao ingressarem em uma turma de alfabetização para jovens e adultos.

A Proposta Curricular do MEC para a EJA (1º segmento) de Língua Portuguesa, analisada neste relatório traz o ensino da leitura e da escrita inseridos na perspectiva do letramento, ou seja, no ensino do ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e escrita, pois como já mencionado anteriormente, os educandos já possuem um conhecimento de mundo relativo à escrita advindo das práticas sociais que participam, contudo não possuem autonomia para ler e escrever. É essa autonomia que a maioria dos alunos buscam ao ingressarem na EJA. Assim, a metodologia trazida pelo documento está inserida na perspectiva do alfabetizar letrando, ou seja, em uma perspectiva que segundo Albuquerque &Ferreira (2008, p. 429)

"[...] deve abranger momentos de leitura e produção de diferentes gêneros textuais e momentos de reflexão sobre a constituição do sistema alfabético, para que o aluno ganhe maior autonomia nas atividades de uso do texto escrito."

Nessa perspectiva, o que o documento trazido pelo Ministério da Educação propõe ao dizer que o bloco de leitura e escrita de textos é o principal bloco de ensino, sendo que os outros blocos devem servir de suporte para este, é que os professores podem pensar no trabalho de apropriação do sistema de escrita alfabético (SEA) a partir de textos de práticas sociais, isto é, textos que possuam sentido e significados e estejam inseridos em um contexto. Isso porque, dessa forma, os alunos poderão entender que todo o texto escrito tem uma intenção comunicativa, compreendendo, assim, a função social dos gêneros textuais e podendo refletir sobre suas próprias produções textuais. Além disso, com essa perspectiva de alfabetizar letrando, é possível realizar a ampliação das experiências e práticas de letramento dos educandos, dando a eles a oportunidade de conhecer diferentes produtos da língua escrita, como é exemplificado ao se propor um trabalho com textos de informação científica e histórica, que normalmente são tipos de textos, nos quais os alunos possuem menos contato, já que são os chamados textos "para estudo", trazendo para os jovens e adultos diferentes gêneros e práticas de leitura das mais diversas práticas sociais.

A partir do que foi exposto até o momento, não resta dúvidas de que a proposta de Língua Portuguesa do MEC para o 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos traz inúmeras possibilidades de trabalho por parte do professor, isso se explica talvez pelo fato de ser uma proposta mais recente (ano de 2001), já que considera que o trabalho com a aquisição do sistema alfabético pode ocorrer através das diferentes modalidades de textos dentro de um contexto das práticas sociais, utilizando o conceito de Letramento, além de propor a consideração da bagagem dos educandos, o trabalho com a oralidade através da leitura em voz alta, seja pelos próprios alunos ou pelo professor. perpassando pelas modalidades de textos orais e escritos. Contudo, apesar da possibilidade de o professor realizar um trabalho no qual esteja proporcionando aos alunos que estes se apropriem do sistema de escrita alfabético, ao mesmo tempo que fazem leituras e produção textual, a proposta também apresen-

ta alguns limites, já que considerando que a educação de jovens e adultos visa contribuir para a inclusão social e para a diminuição da distância da distância entre incluídos e excluídos das novas formas de conhecimento existentes no mundo globalizado do trabalho e da tecnologia, fica em falta o aspecto referente ao letramento digital.
As TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) seria uma lacuna da proposta pensando na aplicação destas atualmente. Os alunos da EJA têm direito ao letramento digital e de participar desse mundo globalizado que converge diferentes tecnologias e linguagens comunicacionais. Faz parte do direito dos alunos jovens e adultos participar de práticas escolares que lhe permitam conhecer outras culturas, realidades e interagir com outros grupos. A vivência das TICs nas escolas possibilita a ampliação de novos conhecimentos que ajudarão o aluno a ressignificar o mundo e a sua participação nele. Por isso, é preciso que a alfabetização não fique restrita apenas a mecanismos escolares, em especial em turmas de alfabetização de jovens e adultos, nas quais o letramento social se apresenta como algo primordial, sendo que os conhecimentos prévios dos alunos devem subsidiar o processo de aprendizagem. Ademais, levando em consideração que o público da EJA muitas vezes é formado por trabalhadores em busca de mobilidade social, faz-se necessário um olhar pedagógico- formativo específico para que os alunos tenham oportunidades iguais de êxito escolar. Assim, a questão escola-trabalho faltou ser abordada na proposta, sendo está uma questão.
Em seu artigo, Eucidio Arruda analisa conceitos como modernidade e pós-modernidade a partir do campo da sociologia da educação, além de observar as relações entre tecnologia digital e as formas de aprendizagem, o autor afirma que:

"Muito se diz sobre uma 'nova postura' do professor ante as novas tecnologias educacionais, como seu novo papel de 'orientador' dos alunos na sua busca pelo conhecimento. Mas considera-se que essa realidade apresentada à escola com a inserção das novas tecnologias não representa apenas outra postura do profissional da educação perante o conhecimento desenvolvido com seus alunos, representa profunda ruptura com as formas anteriores de ensino/aprendizagem. A informática e a internet trazem consigo uma nova lógica e postura diante da aprendizagem completamente distinta das anteriores, afinal, a relação tempo-espaço apresentada pela escola é limitada àquele espaço físico, ao passo que essas novas tecnologias rompem as possibilidades comunicativas e de formação a partir do desaparecimento das fronteiras físicas e temporais." (ARRUDA, 2009, p.20)

O que precisa estar contido no currículo da EJA, já que se torna imprescindível ao pensar no público-alvo, que de acordo com o Parecer CNE/CEB nº 11/ 2000 são: Adultos ou jovens adultos, geralmente mais pobres e com vida escolar mais acidentada. Estudantes que aspiram trabalhar, trabalhadores que precisam estudar, a clientela do ensino médio tende a tornar-se mais heterogênea, tanto etária quanto socioeconomicamente, pela incorporação crescente de jovens adultos originários de grupos sociais, até o presente, sub- representados nessa etapa da escolaridade (PARECER CNE/ CEB nº 11/2000) Efetivamente, a clientela tem se tornado mais heterogênea, tanto em termos de idade quanto de contexto socioeconômico. Muitos estudantes precisam agregar trabalho e estudo, o que pode tornar a trajetória escolar mais árdua, os professores têm um papel fundamental para criar um ambiente de aprendizado que reconheça e valorize a diversidade, promovendo o sucesso de todos os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O documento analisado nos faz refletir sobre qual tipo de educação nós queremos em meio a projetos que pretendem o retrocesso e a homogeneização do ensino. Como futuros educadores, esperamos que nossa contribuição aos educandos da EJA seja de maneira expressiva, podendo garantir ao jovem e ao adulto, que não teve a oportunidade de estudar na "idade própria", que seja capaz de ler e escrever, podendo interagir de forma efetiva dentro de nossa sociedade letrada.

Que nós, educadores, possamos respeitar as diversidades, linguística e social, promovendo a autonomia dos estudantes.

Na matriz curricular, para o ensino e aprendizagem de língua portuguesa, se propõe uma prática pedagógica por meio dos gêneros textuais, uma vez que a comunicação por meio dos gêneros permite que o aluno desenvolva sua competência discursiva. Os gêneros têm suas funções sociais que auxiliam o aluno não só com a compreensão de sentidos, mas com uma análise linguística que leve em conta a atividade discursiva para que ele possa, também, ser capaz de produzir seus próprios textos.

A língua é um ato social e por isso ela não deve ser pensada com um fim em si mesma, ela deve ser pensada de acordo com o seu uso, com suas próprias atividades de linguagem, portanto, para contemplar a perspectiva da proposta, o professor deve ter competência para fazer a transposição didática adequando aos sujeitos, já que a sala de aula é um espaço polifônico, isto é, nele existem diferentes identidades sociais, e, que, por isso, deve ser um ambiente democrático que proponha um dialogismo, é o lugar onde o professor estabelece diálogos com seus alunos.

Sob a análise do bloco de conteúdo e objetivos didáticos, vemos uma divisão dos conteúdos feita por etapas, a fim de proporcionar aos alunos uma continuidade de seu processo de ensino e aprendizagem. Primeiramente vem o trabalho com a linguagem oral, onde os alunos poderão desenvolver as mais diversas formas de expressão da oralidade, garantindo, principalmente, autonomia em seus discursos; a leitura em voz alta de contos, por exemplo, é uma transição do oral para o escrito, ou seja, vai possibilitar ao aluno o reconhecimento das especificidades da língua escrita e o que nela se difere da linguagem oral; em seguida o professor inicia o processo de alfabetização com a apresentação alfabética e ortográfica, com finalidade, primeiramente, à compreensão do sistema de escrita e, em um processo de pós-alfabetização, levar aos alunos a compreender seus diferentes usos e contextos.

Como lemos na própria introdução da matriz, ela propõe um subsídio para que a partir dele se crie métodos e materiais didáticos para a educação de jovens e adultos, sobretudo, subsidiar uma boa formação aos educadores que atuarão neste segmento, pois há uma grande importância sobre pensar um plano de ensino que respeite as especificidades de um grupo heterogêneo e que já chega até nós, professores, com seus saberes adquiridos ao longo da vida.

Segundo Paulo Freire, ao elaborar sua proposta conscientizada de alfabetização de adultos: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”, ou seja, não se deve tratar os adultos como crianças ou como seres incapazes, como foram tratados outrora, mas como próprios sujeitos de sua aprendizagem. Paulo Freire (1996) dizia que a educação pode contribuir para que as pessoas se acomodem ao mundo em que vivem ou se envolvam na transformação dele, e que o conhecimento é resultado das relações dos seres humanos entre si e com o mundo. Por isso, essa relação desinquieta a homens e mulheres na procura da resposta para resolver seus problemas.

Acredito que a análise do documento tenha nos proporcionado, especialmente, a oportunidade de poder dar a voz a quem há muitos anos vem sendo silenciado, ou melhor, através desse subsídio e de toda nossa bagagem teórica, poderemos fazer com que a sala de aula de uma turma de EJA seja um jogo de vozes– e que essas vozes ecoem– e não meras reprodutoras de discursos, como querem nossos governantes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. B. C.; FERREIRA, A. T. B. A construção/
fabricação de práticas de alfabetização em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Santa Maria, v. 33, n. 3, p. 425-440, set/dez. 2008 educação. Disponível em: http://www.ufsm.br/revistaeducacao>.Acesso em 10 jul. 2025

ARRUDA, Eucídio. “Relações entre tecnologias digitais e educação: perspectivas para a compreensão da aprendizagem escolar contemporânea ". In: FREITAS,M. T. A. (org.) Cibercultura e formação de professores. Belo Hozonte: Autêntica, 2009, p. 13-22.

CURY, C. R. J. Parecer CNE/ CEB 11/ 2000 que dispõe sobre as diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos. Brasília: MEC, CNE, 2000. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf> Acesso em 15 jul. 2025

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa /Paulo Freire– São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura)

JURADO, Shirley e ROJO, Roxane. A leitura no ensino médio: o que dizem os documentos oficiais e o que se faz?. In: BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia. Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola, 2006, p. 37-55.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular-1º segmento/ coordenação e texto final (de) Vera Maria Masagão Ribeiro;- São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

MOLICA, M. C.; LEAL, M. Letramentos em EJA. São Paulo: Parábola,
2009.

NEVES, Maria Helena de Moura. Para uma gramática escolar. Linguística, uso linguístico e gramática na escola. In: Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa. São Paulo: Contexto, 2003. p. 153-163